REQUERIMENTO N° DE 2024

(Do Sr. Pompeo de Mattos)

Requer o apensamento do Projeto de Lei nº 3327/2023 de minha autoria ao Projeto de Lei nº 514/2024 de autoria do Deputado Jorge Goetten.

Senhor Presidente,

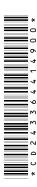
Nos termos do artigo 142 e 143, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência o **apensamento** do **PL nº 3327/2023**, de minha autoria, que "autoriza a suspensão, durante 180 (cento e oitenta) dias, dos pagamentos das obrigações de operações de créditos consignados em remunerações, salários, proventos, pensões e benefícios previdenciários, de servidores e empregados, públicos e privados, ativos e inativos, bem como de pensionistas", ao **PL nº 514/2024**, de autoria do Deputado Jorge Goetten, que "dispõe sobre a suspensão por até 180 (cento e oitenta) dias, do cumprimento de obrigações financeiras referentes a débitos contraídos a título de empréstimo consignado junto a instituições financeiras por pessoas naturais residentes em municípios em que tenha sido declarado estado de calamidade pública ou situação de emergência".

JUSTIFICAÇÃO

Os projetos de lei mencionados acima tratam de temas relacionados, tratam de temas relacionados à suspensão de obrigações financeiras vinculadas a operações de crédito consignado.

Ambos os projetos visam permitir a suspensão temporária dos pagamentos de empréstimos consignados em situações que impactam financeiramente os devedores: o PL 3327/2023 autoriza a suspensão para servidores e empregados, públicos e privados, ativos e inativos, em períodos de crise econômica; o PL 514/2024 propõe a suspensão para pessoas naturais em municípios que enfrentem estado de calamidade pública ou situação de emergência. A conexão entre os dois projetos





reforça a relevância de uma análise conjunta, visto que ambos buscam medidas de alívio financeiro para cidadãos em situações de vulnerabilidade.

A conexão das duas propostas possibilitará um debate mais aprofundado e coerente, bem como otimizar o trâmite legislativo, possibilitando uma discussão integrada das propostas, o que facilitará a avaliação de alternativas legislativas mais abrangentes e efetivas para a proteção dos cidadãos brasileiros em contextos adversos.

Assim, reconhecemos a necessária unificação das matérias, cabendo à tramitação e análise conjunta do PL nº 3327/2023 ao PL nº 514/2024.

Sala das Sessões, de outubro de 2024.

Atenciosamente,

POMPEO DE MATTOS Deputado Federal PDT/RS



